



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

Contas e Balancetes.

AVISOS E ANUNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, TRANSPORTES E MAR

Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares

DELIBERAÇÃO Nº 079/2006

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares (CAEOPP) deliberou na sua sessão ordinária, de 17 de Novembro de 2006, elevar a classe de 3 para 4 da autorização de Obras Particulares, anteriormente concedida à empresa "SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA - AUGUSTO BORGES VARELA - HABIPO", com sede social na Vila do Tarrafal, e registo comercial nº 34-A/20011022/-Santa Catarina,

representada pelo Gerente Augusto Borges Varela, residente na Vila do Tarrafal, passando a especialidade de que é detentora, adiante transcrita, a ter a classe indicada:

A – OBRAS PARTICULARES

Categoria Única

4ª Subcategoria (Construção de edifícios) na classe 4 (180.000 contos)

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão dos competentes alvarás.

A Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, na Praia, aos 17 de Novembro de 2006. – O Presidente, *João Carlos Nobre Leite*.

(868)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção de Administração

A Direcção da Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, avisa que foram admitidos ao concurso para o preenchimento

de vagas de Auxiliar de Verificação, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* nº 11/06, III série, de 17 de Março, os seguintes candidatos abaixo descritos.

Admitidos

1. Adelino dos Reis Tavares
2. Adilson João Neves dos Reis
3. Adilson Moreira Borges
4. Admilson Ramos de Oliveira
5. Aguinaldo António da Cruz Monteiro
6. Ailton Andrade Moraes
7. Aires Amílcar Lopes da Conceição
8. Albino Teixeira Barbosa
9. Alexandrino Gertrudes Rodrigues
10. Alice Neves Rodrigues Pereira
11. Alinho Mendes Lopes
12. Alnair Lozania Fortes Monteiro
13. Amílcar António da Cruz
14. Amílcar César Rocha Piedade
15. Ana Cláudia Vaz de Pina
16. Ana Lina de Brito da Moura
17. Ana Paula Cardoso Semedo
18. Ana Sofia Pereira
19. André Elísio dos Santos Rodrigues
20. Anisia Cristina dos Santos Teixeira
21. Ângela Conceição Varela Ribeiro
22. Ângela Maria Delgado Silva
23. Aníbal Almeida Monteiro
24. Anildo Ramos da Luz
25. Anilton César dos Reis Andrade
26. Anita Antónia Gomes Barreto
27. Antonieta Ramos Silva Tavares
28. Antonina Ramos Silva Tavares
29. António Baptista Moreira
30. António Carlos Gonçalves Fernandes Almada
31. António Jorge Moreira
32. António Ulisses de Pina Varela
33. António Vital Andrade
34. Ari Frederico Silva Gomes
35. Arlindo Fortes Correia
36. Arlindo Moreira Ribeiro
37. Artemiza Natália Duarte Silva
38. Avelino Vaz Moreira
39. Bruno Miguel Abade Barros
40. Carla Ivone Sousa Pires
41. Carla Maria Vieira Lopes
42. Carla Paulina Monteiro da Cruz Marques
43. Carla Sofia Teixeira Furtado
44. Carla Solange Correia Fernandes de Pina
45. Carlos Alberto Chantre Pinto Gomes
46. Carlos Alberto Martins Ferreira Custódio
47. Carlos Alberto Moraes Ferreira
48. Carlos Alberto de Oliveira Barbosa
49. Carlos Alberto Rodrigues Lima
50. Carlos Daniel da Fonseca Brazão de Almeida
51. Carlos Mendes Tavares
52. Carlos Sousa Gomes
53. Carlos Tavares
54. Carmen Djamila Moreira Correia
55. Carmen Filomena Lopes Correia
56. Carmen Yacine Pires
57. Catarina Santos Tavares Sousa
58. Cátia Gomes Alves
59. Cátia Vanice Lopes Del-Pino Gonçalves
60. Cecílio Vieira Semedo
61. Cerilo Duarte Silva
62. Cesaltina Fernandes Lopes da Silva
63. Cesaltina da Veiga Gonçalves
64. Cibele Magali Andrade Gonçalves
65. Cláudio Henrique Lopes Robalo
66. Clóvis Domingos Pereira Soares Rosa Furtado
67. Cristina Helena Semedo Tavares
68. Dailene Eneida Delgado Silva
69. Dani Silva Gomes Fonseca
70. Deolinda Gomes de Brito
71. Dagnir António Moraes Silva
72. Dinolita Helena Semedo Moreno
73. Djamila Edmira Centeio Cardoso
74. Danielson Moraes Gomes
75. Darlene Amária Coelho Maocha
76. David Osório Correia Silva
77. Eduardo Oliver Pimenta Maurício
78. Edson Carlos Silva Andrade
79. Edson Carlos Lopes Lima
80. Eduina Lopes Monteiro Daun e Lorena
81. Elessandra Isabel Monteiro Évora
82. Elisandro de Pina Coelho
83. Elisabete Manuela Gomes de Oliveira Santos Pereira
84. Elisabeth Andrade Nascimento Lima
85. Elísio Tavares Vieira Fernandes

86. Elizângela de Jesus Pires
87. Elsa Maria da Cruz Fortes
88. Elton Dias Brito Vieira
89. Elizabeth Malissa Fernandes Moreira
90. Emanuel Benedito Mendes Moreira
91. Emanuel Cabral Borges Ribeiro
92. Emanuel de Jesus Moreira Sottomayor
93. Emanuel Varela Marques
94. Eneida Cristina Faial Delgado
95. Equilda Delgado Barros
96. Ester Eveline Afonso Garcia
97. Eunice da Cruz Lima
98. Evanda Joana Dias
99. Evandra Silva Moreno Ramos
100. Evanilda Baptista Vieira
101. Evanine Oliveira Gonçalves
102. Fausto Dias Ribeiro
103. Fernando Jorge Loff
104. Fidel Filipe Mendes Delgado Varela
105. Filomena Meludy Ferreira Miranda
106. Filomeno Anes Tavares
107. Filomeno Fernandes Lopes de Brito
108. Flávio António Ribeiro Tavares Silva
109. Flávio Emerson da Cruz Monteiro
110. Francisca Julieta da Graça Alves
111. Gabriel Mendes Vaz
112. Giacomo Mário Lopes Brienza
113. Gilda Cristina Fortes Moreno
114. Helena Andrade Monteiro
115. Helga Maria Semedo de Carvalho
116. Hilário José Spencer Rodrigues
117. Idalina Fernandes Monteiro
118. Idilton Alexandre Santos Brito
119. Indira Rocha Semedo
120. Isa Eneias Cruz Ramos
121. Isabel Gonçalves de Carvalho
122. Isabel do Rosário Neves Duarte Lopes
123. Isandra Maria Fernandes da Silva
124. Isolinda Patrícia Zêgo dos Santos
125. Itiana Jandira Lopes Vieira
126. Ivandra Evelise Fernandes Alves
127. Jacqueline Fortes Chantre
128. Jailsa Soraia Gomes Silveira Silva
129. Jair César Andrade Pasquinha
130. Jair Renato Fernandes dos Santos
131. Jairson César Rodrigues Gomes
132. Jalina Francisca Pereira Andrade Soares de Carvalho
133. Jamira Ineida Lopes Almeida
134. Janir dos Santos Semedo
135. Janir Melício dos Santos
136. Janice Jandira Moreira Garcia
137. Janise Alexandrina Andrade da Silva Delgado
138. João Carlos Gonçalves Barros de Pina
139. João Cresostomo Vieira Mendes
140. Joaquim César Santos Lopes
141. Jocileida Andrade Cabral
142. Joelson Paulo Santos Duarte
143. Jorge Alberto Gomes Duarte
144. José Eduardo Mendes Correia
145. José Luís Fernandes Ferreira
146. José Luís Morais Neves
147. José Santos da Cruz Moreno Tavares
148. José Santos Teixeira Gonçalves
149. Joselina do Carmo Pereira Andrade Soares Carvalho
150. Joselito da Paz Rocha Fortes
151. Laticcia Fortes do Livramento
152. Lenine Manuel Ramos dias
153. Leonilde Carvalho Moreno
154. Leopoldina Fortes Tavares
155. Leticia Varela Rodrigues
156. Luís Flor Chantre
157. Luísa Josefa Fernandes Monteiro
158. Manuela Silva da Cruz
159. Marcos David da Cruz Cardoso
160. Maria Albertina Monteiro Ramos
161. Maria Auxiliadora Soares
162. Maria da Conceição Gomes Moreira
163. Maria de Fátima Costa Delgado
164. Maria de Fátima Mendes Barros
165. Maria Fernanda Semedo Moreno
166. Maria Goreth Lopes Correia
167. Maria Inocência Dias
168. Maria de Jesus dos Anjos Cosme
169. Maria Joana Mendes Semedo
170. Maria Júlia Monteiro Tavares
171. Maria de Lourdes Évora Lima
172. Maria Natália Lima do Rosário
173. Maria Rita Gomes Barros Andrade

174. Maria Rita de Pina Barros
175. Maria do Rosário Monteiro Vaz
176. Marien N'Gouabi Rodrigues Silva
177. Marlene Brito da Cruz
178. Marlene Fernandes Barbosa
179. Marlene Gambôa Carlos
180. Marise Furtado Mendes
181. Marísia Silva Andrade
182. Mem Romires de Jesus de Barros Monteiro Lopes
183. Mónica Abrano Duarte Ramos
184. Mónica Leonilde Borges Moreno
185. Nair Rocha Almeida
186. Nélide Paula Oliveira Costa
187. Nelinda Cilene Almeida Duarte Lopes
188. Nelita de Abreu de Carvalho
189. Neusa Helena Alfama
190. Neusa dos Santos Évora
191. Nilton César Alves Barros
192. Nilton Picoteiro Pinto Fonseca
193. Nilza Maria do Rosário Veríssimo
194. Norberto Paulino Pereira
195. Odair Cardoso Teixeira
196. Odete Cabral Tavares
197. Odília Amélia Luisa Barreto dos Santos
198. Olga Ludemilla Leite Brito
199. Omar Isildo Barbosa da Silva
200. Orisa Gomes Brito
201. Patrícia Helena Monteiro Gonçalves
202. Paula Cristina Brito Nunes
203. Paulino de Fátima Lima Marçal
204. Paulo Alexandre Alves Pires
205. Paulo Lima Lopes
206. Paulo Manuel Rodrigues
207. Paulo Sérgio Ramos Tavares
208. Perla Alice Santiago Silva
209. Rilda Madalena Sousa Cardoso dos Santos
210. Roberto Carlos Oliveira Rodrigues
211. Roni Ednei Almeida Lima
212. Rosilda Fernandes dos Santos
213. Samira Carvalho Moreira
214. Samira Borges Rodrigues
215. Samuel Fernandes Brito
216. Sandra Helena Moreira Borges
217. Sandra Helena Ramos Ferreira
218. Sandra Jeni Torres Lopes
219. Sandra da Luz dos Santos
220. Sandro Dias Brito Vieira
221. Sandra Martins Tavares da Silva
222. Sara Angélica Lima Silva
223. Sara Patrícia Fernandes Semedo
224. Sílvia Letícia do Rosário Dantas
225. Sílvio Lourenço Lopes Almeida
226. Sofia Rosa Gonçalves Monteiro
227. Sofia Semedo Borges
228. Solange Cristina Lopes Nascimento
229. Sotnas Leunam dos Reis dos Santos
230. Tatiana Deolinda Barbosa da Silva Soares
231. Tolentino Oliveira Piloto Rodrigues
232. Wallner Adalberto de Lima Rosário Sanca
233. Valindo Soares do Rosário
234. Vanina Alexandra Estrela Ferro
235. Vanina de Fátima dos Reis Maló
236. Vera Lúcia Monteiro Vezo
237. Vera Lúcia Silva Lopes
238. Victor Vieira Semedo
239. Viviana Santos Tavares
240. Yodinga Isabel Pontes Lopes Baptista
241. Zaida Manuela Tavares Lopes
242. Zelena Gomes Rodrigues
243. Zenaida Dias Gomes
244. Zenaida Monteiro Ramos
- Excluídos**
1. Adérito Jorge Moreira Semedo *b)*
 2. Adónis Adérito Silva Ferreira *b)*
 3. Alina Fernandes Lima *b)*
 4. Alison Herculano Fonseca Rodrigues *a)*
 5. Alizandra Imaculada Silva Gomes *a)*
 6. Álvaro Lopes Souto Amado *a)*
 7. Amílcar do Rosário Lopes de Almeida *a)*
 8. Anna Christine Tavares *b)*
 9. Analina Lopes Fernandes *b)*
 10. Ana Lissa Mendes *a); b)*
 11. Ana Paula da Silva Monteiro *b)*
 12. Ana Rosa Pereira Furtado *b)*
 13. Aneivan Pereira Dias *b)*
 14. Ângelo Amarildo Pereira Monteiro *b)*
 15. Ângelo Danilson Fernandes Gonçalves *b)*
 16. António Carlos Fernandes Monteiro *b)*

17. António Carlos Pereira Gonçalves *b*)
18. António Sérgio Lopes Livramento *b*)
19. Any Lopes Cabral *b*)
20. Arlete Gambôa Carlos *a*)
21. Arlindo Neves Gonçalves *b*)
22. Artur Jorge Ribeiro de Pina *b*)
23. Belinia Betânia do Rosário Gonçalves *b*)
24. Bernardino do Canto Barbosa da Cruz *b*)
25. Cândida Donaldina Varela Rodrigues *b*)
26. Carla Inês de Pina Araújo Sanca *b*)
27. Carlita Neves Rocha *b*)
28. Carlos Alberto da Luz Fortes *d*)
29. Carlos Augusto da Fonseca Monteiro *d*)
30. Cláudia Sofia Lopes Lima *a*)
31. Crisolita de Brito Mendes *b*)
32. Djanira Sadiny Gomes Moreira *b*)
33. Daniela Maria dos Santos Cabral *b*)
34. Dilva Elizete Lekhrajmal Lopes *d*)
35. Diva de Jesus Tiene *a*)
36. Edmilson Enne Soares Gomes *b*)
37. Edmilson Oliveira Lopes *b*)
38. Edna Rosalina Gonçalves de Pina *b*)
39. Edson Marcelino Rodrigues Mendes *b*)
40. Elisabete Mendonça Silva *b*)
41. Elisângela de Jesus dos Reis Varela Fernandes *b*)
42. Elísio Pereira Furtado *b*)
43. Elsa Eunice Benchimol Almeida *a*); *b*)
44. Elvis Ailton Barbosa Sanches *b*)
45. Emerson Manuel Lubrano Rodrigues *a*)
46. Érika Iliana Fernandes dos Santos *b*)
47. Ermelinda Monteiro Cardoso *b*)
48. Eunice Mendes Tavares *a*)
49. Eunice Neves da Rosa *b*)
50. Evandro Jesus Tavares Fernandes *b*)
51. Filomena Eunice Pereira Carvalho Fernandes *b*)
52. Filomena Sanches Nunes *b*)
53. Florentino Jorge Fonseca de Jesus *b*)
54. Francisco Brito Diniz *c*)
55. Gelson Silva dos Santos *b*)
56. Ginilda Ribeiro Martins *b*)
57. Gracelindo Emanuel Ribeiro Soares *b*)
58. Hélida Nair Gonçalves da Fonseca *b*)
59. Hermelindo Soares Correia *a*); *b*)
60. Ildo Albertino Varela *b*)
61. Iolanda Dominica Pereira Furtado *b*)
62. Irenalina Lúcia Vaz Barbosa Vicente *b*)
63. Irina Lopes Silva Souto Amado *b*)
64. Irma da Conceição Coronel Dias *b*)
65. Ivanildo Dias Ribeiro *b*)
66. Ivanina Sofia Fortes Ramos *d*)
67. Jacica Aneia Fortes Monteiro *a*)
68. Jandir Ressurreição Pires Duarte *b*)
69. Jandira Eliane Sança Silva Arteaga *a*)
70. Janine Lectícia Soares Brito *d*)
71. José Anildo Afonso Vaz *b*)
72. José Manuel Monteiro Landim *b*)
73. José Manuel Lopes Fortes *b*)
74. José Pedro Nascimento Delgado *b*)
75. Jucelino Adriano Vaz Barbosa Vicente *a*)
76. Júlio César Mendes *b*)
77. Juli Monteiro Cardoso *b*)
78. Karina Marísia Lima Rocha *a*)
79. Lediana Marli Vieira *b*)
80. Leila Ivone Varela Gonçalves *b*)
81. Leonel Furtado da Luz *b*)
82. Leonette Maria Pina Sequeira *a*)
83. Leonor Évora Costa *b*)
84. Liliana Lima Além *d*)
85. Lucialina Lopes Gomes *b*)
86. Luisa Antónia Dias da Luz *b*)
87. Manuel Lopes Gonçalves *b*)
88. Marcos José Lopes Araújo *b*)
89. Maria dos Anjos Cabral Gomes *b*)
90. Maria dos Anjos Furtado Fernandes *b*)
91. Maria da Conceição Cardoso Pina *b*)
92. Maria da Luz Brito Ferreira *b*)
93. Maria Manuela Silva Costa Oliveira *a*); *b*)
94. Maria Piedade Lopes Andrade *b*)
95. Maria Teresa Fernandes Tavares de Pina *b*)
96. Neusa Deusa dos Reis Almeida *b*)
97. Neusa Marília Lopes Fortes *b*)
98. Nilda Maria Afonso Vaz *b*)
99. Osvaldino José dos Santos Lima *b*)
100. Otelino de Jesus dos Santos Andrade *b*)
101. Paulo Renato Mendes Andrade Varela *b*)
102. Ranivon Alves de Barros *b*)

103. Raquel Duarte Ferro *b)*
 104. Ronnie António dos Santos Lima *b)*
 105. Samory Elizandro Semedo Correia *b)*
 106. Unilda Avelina de Barros Mendes Teixeira *b)*
 107. Valter Porfírio Delgado Olim Vieira *d)*
 108. Vanessa Mónica Mascarenhas Monteiro *b)*
 109. Vera Lúcia Fortes Santos *b)*
 110. Zenaida Delgado Lopes *b)*
 112. Zico António Fortes Andrade *b)*

Documentos em falta

- a)* Certificado de Habilitações Literárias;
b) Documento por autenticar;
c) Fotocópia do Bilhete de Identidade;
d) Todos os documentos;

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na Praia, aos 5 de Dezembro de 2006. – A Directora de Administração, *Carla Soares de Sousa*.

(868)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E ENSINO SUPERIOR**

Inspecção-Geral da Educação

Nos termos do artigo 63º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública vigente são citados os professores arguidos Danilo Tavares de Oliveira, João de Deus Furtado Dias, Silvino Gonçalves da Moura, António Rocha da Veiga, José Rocha de Oliveira, Heloisa de Jesus Furtado Martins e N'Danou Akoyo, todos colocados no concelho de Santa Catarina, ora ausentes em parte incerta, de que têm um prazo de trinta dias, contados a partir do oitavo dia posterior à data de publicação deste aviso, para se defenderem em processo disciplinar que corre os seus termos na Inspecção Geral da Educação.

Inspecção-Geral da Educação, aos 20 de Novembro de 2006. – O Instrutor, *Jorge Heclinton Silva Fernandes*.

(869)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e Identificação**

Conservatória dos Registos da Região da Praia

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: “LABHISTOCITO – SOCIEDADE UNIPessoAL, LDA”.

SEDE: Fazenda, avenida Cidade de Lisboa (no prédio onde situa a feira de tecidos), cidade da Praia, podendo, mediante deliberação da assembleia-geral, transferir a sua sede para qualquer outra localidade e mediante simples deliberação do gerente, proceder a instalação ou extinguir delegações, sucursais, filiais e agências, quando e onde o julgar mais conveniente.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Realização de estudos citológicos e histológicos no laboratório de anatomia patológica.

CAPITAL: 3.600.000\$00, corresponde a quota única pertencente a Maria da Conceição Semedo Mendes de Oliveira, solteira, maior, natural da freguesia de Picos São Salvador do Mundo, residente em Cidadela – Palmarejo – Praia.

GERENCIA: Exercida pela sócia única

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura da sócia gerente

Encontra-se depositado o relatório elaborado nos termos do artigo 130º do C.E.C.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 10 de Novembro de 2006. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(871)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: “TP INVESTIMENTOS – IMOBILIÁRIA, SERVIÇOS E DISTRIBUIÇÃO, SA”.

SEDE: Plateau - Praia, Cabo Verde. A sociedade poderá deslocar a sede social, bem como criar agências, delegações, sucursais, estabelecimentos ou quaisquer outras formas de representação em qualquer ponto de Cabo Verde.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Actividade imobiliária, designadamente a promoção e intermediação imobiliárias, a compra e venda e a construção para revenda de imóveis, bem como prestação de serviços e a distribuição de bens em conexão com essa actividade, em regime de franquia (franchising), concessão, agência, licença ou representação comercial. A participação em sociedades, mesmo com objecto diferente do seu reguladas por leis especiais, e em agrupamentos complementares de empresas.

CAPITAL: 2.500.000\$00, encontra-se realizado em 30% em dinheiro, representado por 2.500 acções com o valor nominal de mil escudos (1.000\$00) cada uma.

Mesa de Assembleia-Geral:

Presidente: Paulo Jorge Lima Veiga.

Secretário: António Sérgio Machado Barbosa Mendes.

Administrador Único:

Efectivo: António Sérgio Machado Barbosa Mendes.

Suplente: Paulo Jorge Lima Veiga.

Fiscal Único:

Efectivo: José Ramos.

Suplente: Ildo Lima.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura do administrador único ou de mandatário legalmente constituído, no âmbito dos poderes que lhe forem conferidos.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 23 de Novembro de 2006. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(872)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA
GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: “MARIA SOCORRO GONÇALVES BORGES, SOCIEDADE UNIPessoAL, LDA”.

SEDE: Terra Branca, Cidade da Praia, ilha Santiago, poderá por simples deliberação da gerência abrir delegações, filiais ou outras representações em qualquer ponto do território nacional, bem como deslocar a sua sede social dentro do mesmo concelho ou por outro concelho.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Confeccões e comercialização de blocos e materiais de construção civil.

CAPITAL: 200.000\$00, corresponde a quota única pertencente a Maria Socorro Gonçalves Borges, solteira, maior, natural da freguesia de Santíssimo Nome de Jesus, residente em Terra Branca- Praia.

GERENCIA: Exercida pela sócia única.

FORMA DE OBRIGAR: Pela a assinatura da sócia gerente.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 27 de Novembro de 2006. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(873)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA
GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: “C & G, INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, LDA”.

SEDE: Cidade da Praia, na travessa do Moinho, prédio Amarelo, 1º andar, Chã de Areia, podendo a sociedade mudar o local da sua sede e estabelecer agências, sucursais e outras formas de representação, em qualquer outro local, quando assim o entender.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Gestão de investimentos, imobiliária, compra e venda, promoção, construção, gestão e exploração, sob qualquer forma, de empreendimentos imobiliários, de estabelecimentos hoteleiros e equipamentos.

CAPITAL: 7.000.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS:

– Tomas Corcoran, casado no regime de comunhão de adquiridos com Clodagh Corcoran, natural de Dublin, Irlanda, residente em 21 Brehons Chair, Kellystown Road, Rathafarnham, Dublin 16, Irlanda; 3.500.000\$00;

– Kenneth Gahan, solteiro, maior, natural de Dublin, Irlanda, residente em 21 Brehons Chair, Kellystown Road, Rathafarnham, Dublin 16, Irlanda; 3.500.000\$00.

GERÊNCIA: Exercida por um ou três gerentes eleitos em assembleia-geral, podendo ser pessoas estranhas à sociedade.

FORMA DE OBRIGAR: a) Pela assinatura do gerente único ou no caso da gerência ser confiada a três gerentes, com a assinatura de dois dos gerentes; b) Pela assinatura dos mandatários nos âmbitos dos poderes que lhes forem conferidos.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 28 de Novembro de 2006. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(874)

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe
de São Vicente

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matricula e inscrição em vigor 1153;
- c) Que foi requerida pelo número três do diário do dia 13 de Novembro do corrente, por Laurindo Augusto Incêncio Neves;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 904/2006:

Artigo 1º	40\$00
Artigo 9º	30\$00
Artigo 11º, 1	150\$00
Soma	220\$00
10% C.G.J.	22\$00
Artº 18º, a), b)	3\$00
Selo Livro	2\$00
Soma Total	247\$00

São: (duzentos e quarenta e sete escudos):

Elaborado nos termos da nova redacção dada ao número dois do artigo setenta e oito, do Código do Notariado através do decreto legislativo número dois barra noventa e sete de dez de Fevereiro que faz parte integrante da escritura de constituição da sociedade comercial por quotas “JURISMÉDIA ASSESSORIA JURÍDICA E IMOBILIÁRIA, SOCIEDADE UNIPessoAL LIMITADA”, celebrada por contrato particular, registada na Conservatória dos Registos de São Vicente sob o nº 1153.

CONTRATO SOCIAL DA JURISMÉDIA ASSESSORIA
E IMOBILIÁRIA, SOCIEDADE UNIPessoAL LIMITADA

Pelo presente instrumento, Laurindo Augusto Inocêncio Neves, solteiro, maior, titular do Bilhete de Identidade nº 132001, emitido pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, em 13 de Julho de 2005, portador do NIF nº 113200102, natural de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, advogado, residente em Chã de Cemitério, Rua da Escola de Condução 2ºE, cidade do Mindelo, de harmonia com artigo 113º do Código da Empresa, constitui uma sociedade unipessoal por quotas que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas:

1

A sociedade adopta a firma “JURISMÉDIA ASSESSORIA JURÍDICA E IMOBILIÁRIA, SOCIEDADE UNIPessoAL LIMITADA”.

2

A sociedade tem a sua sede na rua da Escola de Condução, 2ºE, Chã de Cemitério, S. Vicente.

3

A sociedade tem por objecto assessoria jurídica, mediação imobiliária e comércio imobiliário.

4

O Capital Social subscrito é de quinhentos e cinquenta mil escudos, encontra-se integralmente realizado, composto por bens avaliados por relatório em quinhentos mil escudos e cinquenta mil escudos depositados na conta da sociedade.

§ O capital social é representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao sócio único Laurindo Augusto Inocêncio Neves.

5

A gerência e a representação da sociedade pertencem ao sócio Laurindo Augusto Inocêncio Neves, desde já nomeado gerente.

6

Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura do gerente.

7

A sociedade pode constituir mandatário mediante a outorga de procuração adequada para o efeito.

8

A data do encerramento do exercício anual coincide com o ano civil.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 13 de Novembro de 2006. — O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(875)

CERTIFICA

- Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor nº 1156;
- Que foi requerida pelo número quatro do diário do dia 20 de Novembro do corrente, por Joaquim Rocha Monteiro;
- Que ocupa duas folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 914/2006:

Artigo 1º	40\$00
Artigo 9º	30\$00
Artigo 11º, 1	150\$00
Soma	220\$00
10%C.G.J.	22\$00
Artº 18º, a), b)	3\$00
Selo Livro	2\$00
Soma Total	247\$00

São: (duzentos e quarenta e sete escudos):

Elaborado nos termos da nova redacção dada ao número dois do artigo setenta e oito, do Código do Notariado através do decreto legislativo número dois barra noventa e sete de dez de Fevereiro que faz parte integrante da escritura de constituição da sociedade comercial por quotas denominada "JOAQUIM ROCHA MONTEIRO, IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA", celebrada por contrato particular, registada na Conservatória dos Registos da Região de primeira classe de São Vicente, sob o nº1156.

CONTRATO DE SOCIEDADE

Aos quinze dias do mês de Novembro de dois mil e seis, compareceu nos escritórios do advogado Álvaro Soares da Cruz, sito em Alto São Nicolau, na cidade do Mindelo, Cabo Verde, como outorgante:

Joaquim Rocha Monteiro, casado no regime de separação de bens com Natália Lopes Ferreira Rocha Monteiro, natural de freguesia Nossa Senhora da Luz, S. Vicente, Cabo Verde, de nacionalidade portuguesa, titular do passaporte nº. GH989555, emitido em 17 de Junho d do Governo Civil de Lisboa, e domiciliado na Rua Helena Vaz da Silva 14, 0 Letra A, Lisboa, portador do NIFº 152541438.

E pelo outorgante foi dito: Que pelo presente documento particular constitui uma sociedade comercial uni pessoal por quotas que se rege pelo seguinte:

PACTO SOCIAL

Artigo 1º

A sociedade é de natureza comercial, adopta o tipo de sociedade unipessoal e a firma "JOAQUIM ROCHA MONTEIRO – IMPORTAÇÃO – EXPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LIMITADA".

Artigo 2º

1. A sociedade tem por objecto a prática das seguintes actividades:

- Importação, exportação de material de construção civil, máquinas e aparelhos em geral, material eléctrico, ferragens, ferramentas, produtos cerâmicos, vidros e as suas obras, instrumentos musicos, aparelhos de registo e de reprodução com recursos às novas tecnologias, mercadorias e produtos diversos não especificados, comércio em geral e revenda de bens por ela adquiridos.
- Organização e promoção de espectáculos de natureza artísticos e culturais de som e imagem e exibição de videogramas.
- Organização de eventos com recursos às novas tecnologias de informação.

Artigo 3º

1. A sociedade tem a sua sede em Lazareto, Mindelo – São Vicente.

2. Por resolução do sócio único, a sede da sociedade pode ser deslocada livremente dentro do concelho de S. Vicente e concelhos limítrofes, podendo ainda a mesma Assembleia criar, mudar ou extinguir sucursais ou outras formas de representação social, em qualquer local do País ou do Estrangeiro.

Artigo 4º

O capital social é de 5.000.000\$00 (Cinco milhões de escudos) e encontra-se integralmente realizado em numerário, representado por uma única quota, pertencente ao sócio Joaquim Rocha Monteiro.

Artigo 5º

1. A gerência e administração da sociedade e sua, em juízo ou fora dele, compete ao único sócio Joaquim Rocha Monteiro, que fica desde já nomeado gerente.

2. O sócio único pode nomear gerentes terceiros, estranhos à sociedade.

3. O sócio único deliberará se a gerência é remunerada.

Artigo 6º

1. À gerência competem os mais amplos poder de gestão, praticando todos os actos e exercendo todas as funções tendentes à realização social, em especial:

- A representação da sociedade, activa e passivamente, em juízo e fora dele;
- A negociação e outorga de todos os contratos, incluindo convenções de arbitragem, seja qual for o seu alcance e natureza, bem como a forma que revistam, em que a sociedade seja parte;
- A obtenção de empréstimos, bem como a outorga das necessárias garantias, seja qual for a sua extensão e natureza;
- A compra, venda, oneração ou qualquer processo judicial;
- A confissão, desistência ou transacção em qualquer processo judicial;
- A constituição de mandatários sociais, seja qual for o alcance e extensão do mandato;
- A delegação de funções e poderes determinados, com o âmbito que for fixado na respectiva deliberação, em qualquer elemento interno ou externo à firma.

Artigo 7º

Anualmente será dado balanço às contas sociais, devendo os exercícios sociais coincidir com os anos civis.

Artigo 8º

O sócio único, pode efectuar prestações suplementares até a um montante global igual ao quintuplo do capital social.

Artigo 9º

O sócio único pode ceder livremente a sua quota.

Artigo 10º

1. A sociedade dissolver-se-á nos casos expressos na lei.

2. Salvo deliberação diversa, tomada expressamente pelo sócio único que deliberar a dissolução, serão liquidatários o gerente ou os gerentes em exercício.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 20 de Novembro de 2006. — O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(876)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina

A CONSERVADORA/NOTARIA: ESTER MARISA SOARES DE BARROS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do Artigo 9º da Lei nº 25/V/2003, de 21 Julho, que neste Cartório Notarial a meu Cargo, no dia 12 de Maio de 2006, no Livro de Notas para Escrituras Diversas nº 27 à folhas 43 a 44, foi exarada uma escritura de constituição de uma Associação sem fins lucrativos, de duração indeterminada, denominada "ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MAMULANO E CUBA", com sede na Freguesia e Concelho de Santa Catarina, com o património inicial de 6.000\$00 (seis mil escudos), representada perante terceiros por três membros da Direcção sendo um deles o Presidente, visando fins desportivos e culturais, nomeadamente:

Promover intercâmbios culturais e desportivos: Seminários e acções de formação que visem o combate a droga e a Sida, apoiar crianças, jovens e idosos a nível local e do Concelho de Santa Catarina, proporcionar o desenvolvimento integrado na agricultura na zona de Figueira das Naus e noutras zonas do Concelho, seleccionar raças animais e plantas que se adaptam bem ao clima local e que possam contribuir para uma maior rentabilidade na exploração agrícola, elaborar estudos e projectos que visem obter e melhorar os recursos destinados a agricultura, pecuária, construção e desenvolvimento de infra-estruturas, úteis a população e que de alguma forma protegem o ambiente; promover a medicina curativa e preventiva das espécies existentes na zona e conservar o solo, dando especial atenção a conservação torrencial das encostas e ribeiras de Figueira das Naus,

Conservatória dos Registos/Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, aos 17 de Maio de 2006. – A Conservadora/Notaria, *Ester Marisa Soares de Barros*.

(877)

Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe do Sal

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor;
- c) Que foi requerida pelo número um do diário de 31 de Junho de 2006, pela Srª Clara Rosa Diniz Estrela;
- d) Que ocupa duas folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 789/2006:

Artigo 11º, 1	150\$00
Artigo 11º,	260\$00
Soma	210\$00
IMP Soma	210\$00
10%C.G.J.	21\$00
Requerimento	5\$00
Soma Total	236\$00

São: (duzentos e trinta e seis escudos):

CONTRATO DE SOCIEDADE

Artigo 1º

(Denominação)

É constituída, nos termos destes estatutos, uma sociedade por quotas que adopta a denominação de "TRANS - TODORA- TURISMO, COMERCIO E SERVIÇOS GERAIS, LIMITADA".

Artigo 2º

(Duração e Sede)

A sociedade constitui-se por tempo indeterminado, com a sua sede na vila dos Espargos - Ilha do Sal, podendo criar filiais ou outras formas de representação em qualquer ponto do país.

Artigo 3º

(Objecto)

A sociedade tem por objecto Transporte, Serviços Imobiliários, Comercio Geral, Agenciamento, Representações, Actividades turísticas e Actividades Afins.

Artigo 4º

(Capital Social)

O capital social é de 5.600.000\$00 (cinco milhões e seiscentos mil escudos) integralmente realizado em bens, conforme documento complementar em anexo distribuídos nos seguintes termos:

- a) Clara Rosa Diniz Estrela, titular do Bilhete de Identidade nº 36184, emitido em 19/11/2001 pelo Arquivo de Identificação do Sal, Casada sob o regime de comunhão de bens com Raul Fernando da Fátima Ramos Estrela, natural de Freguesia de Nossa Senhora das Dores, com uma quota correspondente a 50% do capital social no valor de 2.800.000\$00;
- b) Raul Fernando da Fátima Ramos Estrela, titular do Bilhete de Identidade nº 103664 emitido em 27/03/1997 pelo Arquivo de identificação de Sal, Casado sob o regime de comunhão de bens com Clara Rosa Diniz Estrela, natural de Freguesia de Nossa Senhora das Dores, com uma quota correspondente a 50% do capital social no valor de 2.800.000\$00.

Artigo 5º

(Gerência e Vinculação)

- 1. A gerência da sociedade é exercida com ou sem remuneração.
- 2. A administração da sociedade e a sua representação em júízo e fora dele cabe a sócia Clara Rosa Diniz Estrela.
- 3. Para obrigar a sociedade é necessário a assinatura dos dois sócios gerentes, bastante a assinatura de um dos sócios gerentes em actos de mero expedientes.
- 4. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações letras de favor e, no geral quaisquer actos contrários ao objecto social.

Parágrafo único - A sociedade é representada por um procurador desde que a procuração especifique os poderes e tenha prazo de validade limitado ao ano civil.

Artigo 6º

(Ano Social)

O funcionamento da sociedade corresponde ao ano civil;

Artigo 7º

(Legislação subsidiária e foro competente)

Em tudo o que não estiver previsto nos presentes estatutos aplicar-se-ão as disposições do Código das Empresas Comerciais e demais legislação aplicável em Cabo Verde, designando-se o Tribunal da Comarca do Sal como foro competente para dirimir as questões emergentes do presente pacto social.

Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe do Sal, aos 19 de Setembro de 2006. – A Conservadora, *Fátima Andrade Monteiro*.

(878)

CONTAS E BALANCETES

CAIXA ECONÓMICA

RELATÓRIO E CONTAS 2005

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente	Dr. Jose da Silva Lopes (<i>MG-AM</i>)
Vice-Presidente	Sr. Marcos Fortunato Oliveira (<i>INPS</i>)
Primeiro Secretário	Dra. Evelina Barreto dos Santos (<i>INPS</i>)
Segundo Secretário	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro (<i>CEMG</i>)

Conselho de Administração

Presidente	Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira (<i>CEMG</i>)
Vice-Presidente	Dr. Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes (<i>Ímpar</i>) *
Vogal	Dr. António Pereira Neves (<i>INPS</i>)
Vogal	Dr. Filinto Elísio Alves dos Santos (<i>CCV</i>)
Vogal	Dr. Francisco José Gonçalves Simões (<i>CEMG</i>)
Vogal	Dr. António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Dr. Atelano João de Henrique Dias da Fonseca (<i>INPS</i>)

Conselho Fiscal

Presidente	Dra. Eunice da Graça da Luz (<i>CCV</i>)
Vice-Presidente	Dr. Raimundo Duarte (<i>Ímpar</i>)
Vogal	Dr. Daniel do Rosário dos Santos (<i>INPS</i>)

* Foi cooptado na sessão do Conselho de Administração de 18/06/2005, em substituição do Dr. Corsino António Fortes

DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL

Direcção Administrativa	Emanuel Évora Gomes <i>Director</i>
Direcção de Informática	Jorge Henrique Lima <i>Director</i>
Direcção Financeira e Internacional	Manuel Sanches Tavares Júnior <i>Coordenador de Gabinete</i>
Direcção Comercial	Maria Júlia do Rosário Ferreira <i>Directora</i>
Direcção de Recursos Humanos	Ricardina Andrade <i>Directora-adjunta</i>
Direcção de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes Lobo de Pina <i>Directora</i>
Gabinete de Instal. Avaliação Imobiliária	Octávio Augusto Silva Melo <i>Coordenador de Gabinete</i>
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Maria ResendeCardoso <i>Chefe de Serviço</i>
Gabinete de Marketing	Helder Manuel da Graça da Luz <i>Chefe de Secção</i>
Gabinete de Organização e Qualidade	Célia Maria Barreto Santos <i>Coordenadora de Gabinete</i>
Agência de Assomada - Santiago	Arlindo Tavares de Melo <i>Gerente</i>
Agência da Achada de Santo António - Santiago	Tatiana Barbosa <i>Gerente</i>
Agência da Fazenda - Santiago	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>

Agência do Plateau - Santiago	Denise Santos <i>Gerente</i>
Agência de Espargos - Sal	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Santa Maria - Sal	Alcino Almeida <i>Sub-Gerente</i>
Balcão do Aeroporto Amílcar Cabral - Sal	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência da Av. 5 de Julho - São Vicente	Águeda Cardoso da Graça <i>Gerente</i>
Agência do Monte Sossogo - São Vicente	Manuel Henrique Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Ribeira Grande - Santo Antão	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência de Palmarejo - Santiago	Carla Soraya Ribeiro <i>Sub-Gerente</i>
Agência de S. Filipe - Fogo	Lídia Marcelina Barbosa Vasconcelos <i>Gerente</i>
Agência da Calheta da S. Miguel - Santiago	Julião Manuel Rocha Semedo <i>Sub-Gerente</i>
Balcão do Aeroporto da Praia - Santiago	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>
Balcão do Centro Com. Sucupira - Santiago	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>

Carta do Conselho de Administração

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos

O exercício de 2005 é o primeiro ano do plano estratégico 2005-2007, aprovado na Assembleia Geral de Maio de 2005, e é com satisfação que constatamos que o desempenho da Instituição continua a um nível satisfatório em todos os aspectos relevantes.

Com efeito, os resultados alcançados, quer a nível da actividade bancária, quer a nível organizacional e da inovação, permitem-nos considerar o ano de 2005 como mais um marco em direcção à consolidação e ao engrandecimento da Caixa no mercado cabo-verdiano.

Prosseguindo a sua política de expansão da rede comercial, a Caixa abriu uma Agência e um Balcão na Ilha de Santiago, respectivamente na Calheta de São Miguel e no novo Aeroporto da Praia.

Devido ao grande crescimento da Instituição, surgiu a necessidade de alterar a estrutura organizacional. Assim, foram criadas as Direcções Comercial, de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos. Com este Projecto de Descentralização reforça-se a Caixa com condições de análise e de desempenho mais eficazes e pretende-se torná-la uma Instituição com uma maior e melhor capacidade de resposta aos inúmeros desafios que se nos apresentam.

O Activo Líquido da Instituição registou um crescimento de 20,8% e atingiu 20.619 milhares de contos, contra 17.068 milhares de contos, em 2004.

Os Depósitos Totais aumentaram cerca de 2.927 milhares de contos (+20%) em relação ao exercício anterior, atingindo os 17.560 milhares de contos.

O Crédito Concedido atingiu os 12.333 milhares de contos, contra 11.306 milhares de contos, em 2004, ou seja um crescimento de 1.027 milhares de contos (+ 9,1%). É de salientar o enorme esforço comercial efectuado pela nossa rede, na medida em que aumentamos três pontos percentuais acima do crescimento do sector.

A nossa quota de mercado global (depósitos+créditos) registou uma ligeira progressão, atingindo 25,5%, contra 25,1%, em 2004.

A nível dos Depósitos Totais, a nossa quota de mercado atingiu, em Dezembro de 2005, os 25,9%, enquanto que no Crédito Total se quedou pelos 24,9%. Porém no segmento de Crédito à Economia, a nossa quota de mercado subiu de 36,9% para 37,4%, ou seja, mais 0,5 pontos percentuais.

Os Resultados Líquidos do Exercício sofreram uma significativa redução, de quase 100 mil contos, em virtude do reforço de provisões dos créditos a descoberto, o que veio aumentar substancialmente a solidez financeira da Caixa.

Apesar disso, não se deixou de distribuir dividendo idêntico ao do ano anterior (330 CVE por acção), numa confirmação da capacidade da Caixa de gerar valor para os seus accionistas, em paralelo com o reforço da sua solidez.

As perspectivas para o próximo exercício levam-nos a crer que o ano de 2006 será decisivo para a afirmação e a visibilidade da Instituição. Com efeito, grandes projectos estruturantes deverão ter o seu início no próximo ano. Os projectos da Nova Sede e de uma Nova Agência do Mindelo deverão ter o seu arranque efectivo. O alargamento da Agência da Assomada, a construção duma Agência na Ilha da Boa Vista, bem como a reformulação da rede de Delegações nos Correios e o funcionamento da Banca “On-line” serão factos que irão marcar positivamente o exercício de 2006.

As últimas palavras são de agradecimento para os Clientes, pela sua preferência, os Accionistas, pela sua confiança, e os Colaboradores, pelo seu profissionalismo, dedicação e lealdade.

À Autoridade Monetária e Financeira são devidas palavras de elevado apreço, pelo seu contributo para o desenvolvimento e sustentabilidade do sistema financeiro em Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal, fica igualmente o nosso reconhecimento, pela proficiente acção desenvolvida no acompanhamento da actividade da instituição.

O Conselho de Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores	Unidades	2005	2004
1. Dimensão			
Activo Líquido	Mil contos	20.618,6	17.067,9
Variação	%	20,8	14,8
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	Mil contos	1.532,9	1.511,0
Créditos Líquidos sobre Clientes	Mil contos	11.722,8	10.906,6
Depósitos de Clientes	Mil contos	17.559,9	14.632,4
Trabalhadores	unidades	159	162
Agências e Outras Formas de Representação	unidades	28	26
Agências e Balcões	unidades	15	13
Delegações nos Correios	unidades	13	13
2. Rendibilidade			
Resultado Líquido do Exercício	Mil contos	136,7	236,6
Cash Flow do Exercício	Mil contos	406,7	438,5
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	%	0,7	1,5
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE)	%	8,9	16,3
3. Prudenciais			
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	%	12,8	13,4
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / F. Próprios)	%	31,8	31,9
Provisões Crédito Vencido / Crédito e Juros Vencidos	%	81,3	75,1
4. Funcionamento			
Custos Operativos / Produto Bancário (Cost to Income)	%	67,5	66,3
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores	contos	5.914,4	5.702,3
Cash Flow do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores	contos	2.553,8	2.810,9

1. Considerações Gerais

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde SA (CECV), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral o Relatório e as Contas, referentes ao Exercício de 2005.

1.1. Enquadramento da Actividade

1.1.1. Economia Internacional

O ano de 2005 beneficiou duma conjuntura económica globalmente favorável, tanto a nível da Zona Euro, como a nível dos Estados Unidos.

O Dólar continuou, no entanto, a demonstrar alguma volatilidade, apesar de ter registado, no cômputo geral, uma apreciação assinalável em relação ao Euro, no exercício de 2005.

O preço do petróleo continuou a situar-se em níveis elevados, tendo permanecido durante este período a um nível superior a 60 dólares o barril. Existem ainda várias ameaças à estabilidade do preço do petróleo, nomeadamente a situação no Iraque e as incertezas ligadas ao programa nuclear iraniano.

Nos Estados Unidos, o crescimento económico continuou a um ritmo superior ao verificado na Zona Euro, apesar de conhecer uma redução em relação a 2004. Com efeito, o PIB norte-americano cresceu 3,2%, contra 3,9%, em 2004. Quanto à Zona Euro, o PIB registou um crescimento de 1,7%, contra 1,6%, em 2004.

As taxas de juro nas principais economias mundiais continuaram a seguir uma trajectória crescente, tendo registado, durante o exercício de 2005, várias intervenções nesse sentido, tanto pelo Banco Central Europeu, como pela Reserva Federal Americana.

1.1.2 Conjuntura Nacional.

A conjuntura nacional do ano 2005 ficou marcada pela retoma da aceleração do crescimento económico, suportado por um aumento expressivo do fluxo de investimento externo no domínio do turismo e a realização de grandes obras de infra-estruturas públicas.

A abertura do novo Aeroporto da Praia, na Ilha de Santiago, trouxe um novo dinamismo e um redobrado interesse dos investidores no sector do turismo e dos transportes aéreos pelas Ilhas de Sotavento, nomeadamente as ilhas de Santiago, Fogo e Maio.

Assistiu-se a um interesse acrescido de investidores nórdicos no sector imobiliário-turístico, abrindo novas perspectivas para o desenvolvimento económico do país.

Segundo fontes do Banco Central, o Produto Interno Bruto terá crescido entre 6 e 6,5%, contra 4,3%, em 2004, suportado pelo crescimento dos principais elementos da procura interna, ou seja, o consumo e o investimento, tanto público como privado.

O crescimento do investimento afectou negativamente o défice da balança comercial, que foi, no entanto, parcialmente compensado pelo dinamismo verificado a nível da exportação de serviços.

As contas externas do país evoluíram favoravelmente, como resultado do dinamismo verificado a nível dos transportes aéreos, do turismo e das remessas dos emigrantes. As reservas externas do país ultrapassaram três meses de importação, nível não atingido há vários anos.

A taxa de inflação continua a um nível muito baixo, tendo-se quedado nos 0,4% em Dezembro de 2005.

No entanto, apesar da dinâmica verificada a nível dos investimentos, tanto o crédito interno total, como o crédito à economia, registaram um crescimento muito modesto, devido ao financiamento externo directo.

No sistema bancário assistiu-se a uma grande concorrência a nível das taxas de juro, o que, a continuar, afectará negativamente a margem de intermediação das instituições financeiras.

Um número cada vez maior de operações de empresas de grande dimensão estão sendo financiadas directamente do exterior a taxas do mercado internacional, quer por instituição internacionais, quer por bancos “offshores” instalados no país.

Além das descidas negociadas das taxas de juros acima referidas, houve uma descida generalizada e significativa das taxas de juros de referência no mercado.

As taxas de juro dos Títulos do Tesouro conheceram uma descida acentuada, baixando para níveis nunca dantes alcançados. A taxa de juro dos Bilhetes do Tesouro atingiu 2,3% e a das Obrigações, 5%.

Os bancos comerciais procederam a duas descidas generalizadas das taxas de juro, sendo a primeira no mês de Abril e a segunda no mês de Agosto, como forma de fazer face à severa contracção da procura de crédito e ao aumento da liquidez no sistema.

De salientar a reabertura da Bolsa de Valores, com a operação de privatização da Sociedade Caboverdeana de Tabacos, e a admissão em Bolsa das acções da Caixa.

Indicadores da Economia Cabo-verdiana

Designação	2005	2004
Produto Interno Bruto	6,5%	4,3%
Inflação	0,4%	-1,9%
Crédito Interno Total	3,8%	5,3%
Massa Monetária	16,0%	7,1%

A nível da intervenção do Banco Central, destacam-se os efeitos das duas descidas da taxa das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) e uma descida da taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez. Estas decisões são fruto das melhorias verificadas a nível da situação económica e monetária do país. Com efeito:

- Em Fevereiro de 2005, a Taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez beneficiou de uma redução de 1%, passando de 8,5% para 7,5%;
- No mês de Junho de 2005, a taxa de constituição das DMC reduziu-se para 17%.

1.2. Caixa Económica

O ano de 2005 ficou marcado por uma série de eventos de importância capital para o futuro da instituição:

- Foi adjudicado o projecto da nova sede da instituição;
- Foram abertos dois novos espaços, sendo uma Agência na Calheta de S. Miguel e um Balcão no novo aeroporto da Praia, ambos na Ilha de Santiago;
- Realizou-se uma visita exploratória à Ilha da Boa Vista, com vista à localização de um espaço para a construção duma Agência da Caixa;
- Criou-se a Direcção Comercial, com o objectivo de dinamizar as actividades comerciais e a coordenação da rede de distribuição;
- Procedeu-se à criação da Direcção de Assuntos Jurídicos, dotando-a de melhores condições para uma maior eficiência na gestão dos processos de crédito vencido;
- Devido ao acentuado crescimento da nossa Instituição, foi criada a Direcção de Recursos Humanos, com o objectivo de gerir mais eficazmente o capital humano da Caixa;
- Foi assinado com a Direcção Geral do Tesouro um protocolo sobre a cobrança de impostos;
- Passos foram dados com vista à dinamização dos serviços da Impar na Agência de Assomada e a introdução dos mesmos noutras Agências;
- Foi instalado, em teste, o Projecto “*Internet Banking*” e deu-se início ao processo de reestruturação da rede informática, com vista à instalação da Banca “*On-line*” e da Intranet;
- Foram criadas linhas de crédito promocionais para particulares destinadas a financiar equipamentos informáticos e recheio de lar, como forma de relançar a actividade creditícia, face à contracção verificada no início do ano.

1.3. Principais Aspectos Institucionais

A nível dos Órgãos Sociais, procedeu-se à cooptação do novo representante da Impar- Companhia Caboverdiana de Seguros, no cargo de Vice-Presidente da Instituição, passando o mesmo a ser preenchido pelo Dr. Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes, em substituição do Dr. Corsino António Fortes, que vinha exercendo o cargo desde 1999, com elevada dignidade, sentido de responsabilidade e fidelidade ao projecto, tornando-se, assim, credor do respeito, consideração e estima de todos.

Verificou-se a admissão à cotação, enquadrada no processo de reabertura da Bolsa de Valores de Cabo Verde, de 60% das acções da Caixa, colocando a Instituição entre as poucas empresas cotadas na Bolsa em Cabo Verde.

Registraram-se durante o exercício de 2005, algumas transacções sobre as acções da Instituição e o preço de transacção continua nos 6.000\$00 por acção, nível atingido há já vários anos.

Distribuição do Capital Social

Entidade	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%
Montepio Geral-Associação Mutualista	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%
Impar – Companhia Caboverdiana de Seguros	38.368	11,0%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%
Grupo Local*	26.045	7,5%
Outros Subscritores	22.726	6,6%
Trabalhadores	3.835	1,1%
Total	348.000	100,0%

*Grupo de 50 empresários e quadros nacionais

2. Síntese da Actividade

O ano de 2005 ficou caracterizado por uma conjuntura nacional desfavorável para as instituições bancárias nacionais, em termos de actividade creditícia. A Caixa conseguiu, no entanto, à semelhança dos anos anteriores, alcançar um crescimento superior à média do sector, enfrentando, com algum sucesso, o fraco acréscimo da procura de crédito verificada durante o exercício, particularmente durante o primeiro semestre.

Os depósitos continuaram a crescer a taxas elevadas, sendo de destacar, desta vez, os Depósitos à Ordem, que conheceram um crescimento na ordem dos 26,8%. Os depósitos de emigrantes, por sua vez, subiram 15,8% em relação a 2005.

Os Depósitos Totais atingiram os 17.560 milhares de contos, evidenciando um aumento de 2.928 milhares de contos, ou seja, um crescimento de cerca de 20% em relação ao exercício anterior.

O crédito concedido atingiu os 12.333 milhares de contos, contra 11.306 milhares de contos, em 2004, registando um crescimento de 1.027 milhares de contos, ou seja, mais 9,1%, o que, apesar de ser inferior ao orçamentado, é, no entanto, superior ao crescimento do sector, que se situou nos 6%.

A nossa quota de mercado evoluiu positivamente, tanto globalmente, como individualmente, em todos os segmentos de mercado.

A nível global (Depósitos + Crédito), a nossa quota passou de 25,1%, em 2004, para 25,5%, em 2005, evidenciando um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, confirmando a tendência crescente verificada há já vários anos.

A quota de mercado, nos Depósitos Totais, passou de 25,5%, em 2004, para 25,9%, em 2005, enquanto que no Crédito Total subiu de 24,7% para 24,9%, no mesmo período.

No segmento de Crédito à Economia, a nossa quota de mercado elevou-se de 36,9% para 37,4%.

O Activo Líquido da instituição registou um crescimento de 20,8%, situando-se em 20.619 milhares de contos, contra 17.068 milhares de contos, em 2004.

O Rácio *Cost to Income* conheceu um ligeiro agravamento, passando de 66,2%, em 2004, para 67,5%, em 2005.

O produto bancário por número médio de trabalhadores subiu de 5.702,3 contos para 5.914 contos.

O Resultado Líquido do Exercício situou-se nos 136.777 contos, representando uma redução de 42,2%, em relação a 2004, explicado essencialmente pela constituição de provisões adicionais ligadas aos créditos sob a forma de descobertos e à constituição de provisões para créditos de cobrança duvidosa.

Como consequência de tal redução, a rentabilidade dos fundos próprios médios quedou-se nos 8,99%, evidenciando uma significativa diminuição em relação a 2004, em que se situou nos 16,31%.

A qualidade do activo sofreu igualmente uma queda em relação a 2004, passando o rácio do crédito e juros vencidos/crédito total de 4,7% para 6,09%.

O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos passou de 75,1% para 81%, como consequência do reforço de provisões ligadas aos créditos de curto prazo e aos créditos considerados de cobrança duvidosa, além do aumento do peso das classes de crédito vencido há mais de 12 meses, que são sujeitas à constituição de provisões a taxas mais elevadas.

O rácio de solvabilidade baixou ligeiramente, passando de 13,4%, em 2004, para 12,8%, em 2005, sendo uma consequência das diferenças de ritmo de crescimento do crédito e dos fundos próprios.

A liquidez apresentou uma melhoria significativa em relação a 2004, passando de 29,95% para 36,42%, como consequência da diferença verificada entre os ritmos de crescimento das aplicações e dos recursos.

3. Actividade Bancária

3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais atingiram o valor de 17.559.931 contos, mais 2.927.528 contos do que no ano de 2004, evidenciando um crescimento de 20,0%.

O aumento dos depósitos foi liderado pelo segmento dos residentes, que cresceu à taxa de 22,7 %, sendo de destacar o crescimento dos Depósitos à Ordem, que atingiu 26,8%.

Os Depósitos dos Emigrantes, contrariamente ao que vinha acontecendo ao longo dos anos anteriores, cresceram menos do que os Depósitos de Residentes (15,8%, contra 23,9%, em 2004).

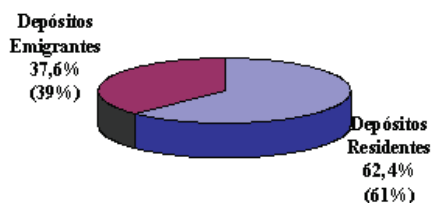
Como consequência da aceleração do crescimento dos depósitos de residentes, a quota-parte dos Depósitos dos Emigrantes no total dos depósitos passou de 39,0% para 37,6%, praticamente o nível alcançado em 2003.

A conta Títulos do Tesouro, que, em 2004, apresentava saldo zero, atingiu os 549 mil contos em 2005, como resultado da nossa participação no mercado secundário de Títulos do Tesouro, proporcionada pelas aplicações feitas no mercado primário de títulos, tendo em conta a situação de excesso de liquidez verificada durante o exercício de 2005.w

Evolução dos Depósitos Contos

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Residentes	10.959.010	62,4	8.932.440	61,0	2.026.570	22,7
- Depósitos à Ordem	6.602.333	37,6	5.207.278	35,6	1.395.055	26,8
- Depósitos a Prazo	3.807.517	21,7	3.725.162	25,5	82.355	2,2
- Títulos do Tesouro	549.160	3,1	0	0,0	549.160	-
Emigrantes	6.600.921	37,6	5.699.964	39,0	900.958	15,8
- Depósitos à Ordem	639.084	3,6	525.980	3,6	113.104	21,5
- Depósitos a Prazo	5.961.837	34,0	5.173.984	35,4	787.854	15,2
Total	17.559.931	100	14.632.404	100	2.927.528	20,0

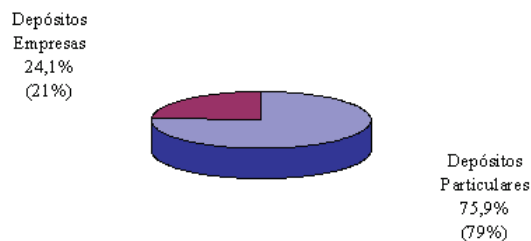
Repartição Depósitos Residentes e Emigrantes 2005



Nota: os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2004.

Os Depósitos dos Particulares continuaram a predominar na estrutura dos depósitos por tipo de cliente, embora tenham perdido algum peso em 2005, quando comparado com 2004 (75,9% e 79%, respectivamente). Inversamente, os Depósitos das Empresas viram o seu peso aumentar de 21% para 24,1%.

Depósitos por tipo de cliente 2005



Nota: o valor entre parêntesis refere-se ao ano de 2004

3.2. Créditos

O Crédito Concedido Bruto atingiu os 12.333 milhares de contos, contra 11.306 milhares de contos, em 2004, registando um crescimento de 1.027 milhares de contos, ou seja, 9,1%, o que, apesar de ser inferior ao orçamentado é superior ao crescimento do sector que se situou nos 6%.

O Crédito a Particulares, que representa 64,8% da carteira de crédito da instituição, teve um crescimento de 12,4%, enquanto que o Crédito às Empresas cresceu apenas 3,5%.

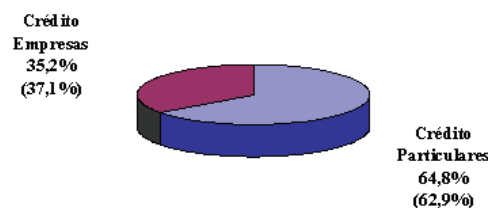
O Crédito à Habitação foi o que conheceu maior crescimento em valor (+665.825 contos), seguido do Crédito a para Outros Fins (+214.406 contos).

Evolução do Crédito Total Contos

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	7.989.803	64,8	7.109.573	62,9	880.230	12,4
- Habitação	5.873.416	47,6	5.207.591	46,1	665.825	12,8
- Outros Fins	2.116.387	17,2	1.901.981	16,8	214.406	11,3
Empresas	4.342.864	35,2	4.196.139	37,1	146.725	3,5
- Investimento	3.516.982	28,5	3.479.806	30,8	37.176	1,1
- Tesouraria	825.881	6,7	716.333	6,3	109.549	15,3
Total Crédito Bruto	12.332.667	100,0	11.305.712	100,0	1.026.955	9,1

Nota: o valor entre parêntesis refere-se ao ano de 2004

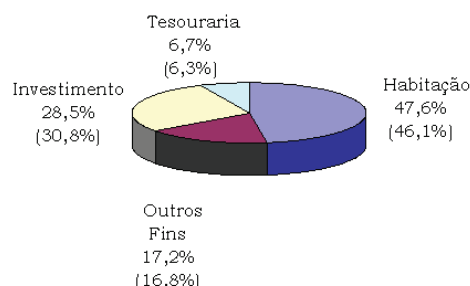
Repartição do Crédito Particulares e Empresas 2005



Nota: o valor entre parêntesis refere-se ao ano de 2004

O Crédito à Habitação continua a ser o de maior peso na carteira de crédito da Caixa, tendo evoluído positivamente, de 46,1%, em 2004, para 47,6%, em 2005.

Crédito por finalidade - 2005



Nota: o valor entre parêntesis refere-se ao ano de 2004

A distribuição do crédito em situação normal por maturidade mostra que o crédito a médio ou longo prazo (maturidade superior a um ano) constitui 90,6% do total, o que continua muito elevado, apesar duma ligeira diminuição em relação a 2004, em que representava 91,6% da carteira.

Evolução do Crédito Normal por Prazo (contos)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curto Prazo	1.085.084	9,4	908.810	8,4	176.275	19,4
Médio Longo Prazo	10.497.060	90,6	9.865.755	91,6	631.305	6,4
Total	11.582.144	100,0	10.774.565	100,0	807.579	7,5

Durante o ano de 2005 foram realizados 3.649 contratos de crédito, no valor total de 3.779.314 contos, evidenciando um ligeiro crescimento, em relação a 2004 (+1,5%).

Destacam-se o forte crescimento registado no Crédito ao Investimento (+46,8%) e, inversamente, a forte redução do Crédito à Tesouraria (-30,4%).

Evolução dos Contratos Realizados (contos)

Finalidade	2005			2004			Variação	
	Nº	Valor	%	Nº	Valor	%	Valor	%
Habitação	272	808.676	21,4%	257	716.250	19,2%	92.426	12,9%
Part. Outros Fins	2.746	1.121.058	29,7%	2.721	1.078.781	29,0%	42.277	3,9%
Investimentos	154	965.072	25,5%	135	657.447	17,7%	307.625	46,8%
Tesouraria	477	884.508	23,4%	504	1.270.124	34,1%	-385.616	-30,4%
TOTAL	3.649	3.779.314	100,0%	3.617	3.722.602	100%	56.712	1,5%

No Crédito Aprovado, constatamos uma evolução negativa (-1,9%), mas próxima, em valor absoluto, do crédito contratado, o que significa que pouco aumentou, durante o ano, o saldo dos créditos aprovados ainda não contratados.

Evolução dos Créditos Aprovados (contos)

Finalidade	2005			2004			Variação	
	Nº	Valor	%	Nº	Valor	%	Valor	%
Habitação	298	995.186	26,0%	273	848.828	21,7%	146.358	17,2%
Part. Outros Fins	2.685	1.129.820	29,5%	2.647	1.089.189	27,9%	40.631	3,7%
Investimento	166	866.321	22,6%	161	759.271	19,4%	107.050	14,1%
Tesouraria	489	842.798	22,0%	477	1.210.981	31,0%	-368.183	-30,4%
TOTAL	3.638	3.834.125	100,0%	3.558	3.908.269	100%	-74.144	-1,9%

A evolução da procura de crédito, traduzida nos pedidos entrados, registou uma diminuição significativa em relação a 2004 (-6,5%), reflectindo o ambiente geral de diminuição da procura de crédito que se viveu durante o ano de 2005, sendo de destacar a diminuição do Crédito à Tesouraria (-32%).

Evolução dos Pedidos de Crédito Entrados (contos)

Finalidade	2005			2004			Variação	
	Nº	Valor	%	Nº	Valor	%	Valor	%
Habitação	360	1.281.198	26,8%	351	1.212.698	23,7%	68.500	5,6%
Part. Outros Fins	2.894	1.351.521	28,3%	2.905	1.216.302	23,8%	135.219	11,1%
Investimento	188	1.104.343	23,1%	181	1.147.233	22,4%	-42.890	-3,7%
Tesouraria	566	1.046.945	21,9%	666	1.540.155	30,1%	-493.210	-32,0%
TOTAL	4.008	4.784.007	100,0%	4.103	5.116.388	100%	-332.381	-6,5%

3.2.3. Crédito e Juros Vencidos

O valor do crédito e juros vencidos conheceu um aumento expressivo, 41,3%, passando de 531.146 contos, em 2004, para 750.522 contos, em 2005, por virtude de, entre outros factores, a introdução de créditos de curto prazo no grupo de crédito vencido.

O maior aumento, em valor, verificou-se no segmento de crédito às empresas (+174.745 contos), com especial enfoque no crédito ao investimento (+150.077 contos).

Em termos de distribuição por maturidade, o maior aumento ocorreu no segmento de crédito vencido com mais de 12 meses de atraso (+218.829 contos).

Evolução do crédito e juros vencidos (contos)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	150.817	20,1	106.185	20,0	44.631	42,0
- Habitação	55.264	7,4	46.621	8,8	8.644	18,5
- Outros Fins	95.552	12,7	59.565	11,2	35.988	60,4
Empresas	599.706	79,9	424.961	80,0	174.745	41,1
- Investimento	454.033	60,5	303.956	57,2	150.077	49,4
- Tesouraria	145.672	19,4	121.005	22,8	24.668	20,4
Total Crédito e Juros vencidos	750.522	100,0	531.146	100,0	219.376	41,3
- Até 3 Meses	41.877	5,6	45.301	8,5	-3.424	-7,6
- Mais de 3 meses e até 12 meses	109.707	14,6	105.735	19,9	3.971	3,8
- Mais de 12 meses	598.939	80	380.110	71,6	218.829	57,6

A qualidade do activo sofreu, assim, uma quebra em relação a 2004, passando o rácio do crédito e juros vencidos / crédito total de 4,7% para 6,09%, em virtude da inclusão de créditos de curto prazo no grupo de crédito vencido. Este indicador da qualidade da carteira de crédito situar-se-ia nos 5%, se não se tivesse alterado o numerador do rácio, com a inclusão dos descobertos em atraso.

Evolução do Rácio de Crédito Vencido

Tipo de Crédito	2005	2004
Crédito Habitação	0,94%	0,90%
Crédito Outros Fins	4,51%	3,13%
Crédito Investimento	12,91%	8,73%
Crédito Tesouraria	17,64%	16,89%
Crédito Total	6,09%	4,70%

Em termos de repartição do rácio de crédito vencido por segmento da carteira de crédito, verifica-se que o Crédito à Habitação continua a ser, de longe, o de menor risco (0,94%). Em regra, constata-se que o segmento de Particulares apresenta menor risco do que o das Empresas, isto é, 1,88% e 13,80%, respectivamente.

O rácio de cobertura do crédito vencido pelas provisões para crédito e juros vencidos subiu significativamente, passando de 75,1% para 81,3%, como resultado da constituição de provisões adicionais ligadas aos créditos de curto prazo e aos créditos de cobrança duvidosa, para além do aumento do peso das classes de crédito vencido há mais de 12 meses, que são sujeitas à constituição de provisões a taxas mais elevadas.

3.3 Aplicações Financeiras

A participação da Caixa no Mercado Primário de Títulos de Dívida Pública conheceu algum dinamismo, em 2005, tendo o valor aplicado no Mercado Primário atingido 1.643.780 contos, sendo 990.800 contos em Bilhetes do Tesouro e 652.980 contos em Obrigações do Tesouro.

As taxas de juro dos Títulos do Tesouro conheceram uma redução drástica durante o exercício de 2005, particularmente na segunda metade, em que a taxa de juro dos Bilhetes do Tesouro atingiu 2,3%, contra 5,6% atingido em Dezembro de 2004. A taxa de juro das Obrigações do Tesouro, por sua vez, estabilizou-se nos 5%.

A Caixa voltou a negociar no Mercado Secundário de Bilhetes do Tesouro, como resultado da sua participação no Mercado Primário de Títulos do Tesouro. O saldo activo, em 31 de Dezembro de 2005, dos Bilhetes do Tesouro cedidos, com acordo de recompra, no Mercado Secundário, era de 549.160 contos.

4. Gestão dos Meios

A preocupação com a qualidade e eficiência dos serviços prestados aos clientes, externos e internos, continua a constituir uma prioridade permanente da Caixa.

4.1 Recursos Humanos

As prioridades, em termos da gestão de pessoas, em 2005, continuaram a orientar-se para o desenvolvimento das capacidades organizacionais indispensáveis à eficácia das diferentes operações conduzidas pela Caixa, em subordinação e apoio à sua estratégia global.

4.1.1 – Gestão do Pessoal

A Responsabilidade Social sempre orientou a actuação empresarial da Caixa, tornando-se num elemento indissociável dos seus êxitos como instituição financeira, ao longo de mais de 75 anos da sua existência.

A criação de valor pela Caixa não é alcançada exclusivamente por via de acções que visem a maximização do lucro a curto prazo, mas também por uma visão permanentemente orientada quer para o Cliente, quer para a Comunidade onde está inserida, contribuindo, desta forma, para a melhoria das condições de vida dos seus colaboradores e para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Ao considerar o seu capital humano como uma das principais vantagens competitivas, portanto, um factor estratégico em todas as suas frentes de actuação, o investimento nas pessoas tem sido uma marca da instituição.

MOBILIDADE DE PESSOAL

Ao longo deste ano foram admitidos 9 novos colaboradores, tendo-se verificado a saída de 6, pelo que o aumento líquido do efectivo foi de 3. Das saídas verificadas, 5 foram por cessação de contrato e uma por reforma.

No ano de 2005, realizou-se um concurso interno para o cargo de chefia, tendo sido promovidos 5 colaboradores a cargos de Gerente, de Sub-gerente e de Auxiliar de Tesouraria. Este processo teve como particularidade o facto de ter sido antecedido de uma acção de formação interna em Competências de Chefias.

Foram realizados encontros de reflexão a diversos níveis, envolvendo a Administração e todos os colaboradores, que reforçaram o espírito de equipa e proporcionaram uma maior convivência entre os participantes e um aumento da comunicação interna.

4.2 – Recursos Tecnológicos e Informáticos

No decorrer do ano de 2005, as acções constantes do plano de actividades foram, na sua grande maioria, realizadas com êxito, sendo algumas delas de importância capital para a nossa instituição.

Foram instalados dois novos Sistemas Centrais, um de Produção e outro de Backup, em locais diferentes. Com a instalação dessas máquinas, o tempo de resposta do sistema informático reduziu-se consideravelmente, tendo o tempo do fecho do dia registado uma redução de 85%.

Foi instalada em produção a nova versão da Aplicação Banka, com muitas novas funcionalidades, permitindo ao Banco ultrapassar alguns constrangimentos em relação à versão anterior.

Também foi instalada, em teste, a aplicação da Internet banking, e-Banka.

De forma a melhorar o nosso parque informático, foram substituídos todos os equipamentos informáticos (Servidores, Postos de Trabalhos, Impressoras, etc.) e equipamentos de comunicações (Router's, Modems) nas Agências da Ilha do Sal (Espargos e Santa Maria) e no Balcão do Aeroporto do Sal.

Foram melhoradas algumas linhas de comunicações de dados entre o Centro de Informática e as Agências, Balcões e Delegações dos Correios de Cabo Verde.

Foi aberta a Agencia da Calheta de São Miguel e o Balcão do Novo Aeroporto de Praia da Cidade da Praia, ambos na Ilha de Santiago.

Foram criados novos produtos, como os Depósitos a Prazo com incrementos e Créditos de Rendas (Crédito LAR).

A nível do sistema de gestão da informação e do sistema de informação para a gestão, importantes progressos foram conseguidos, através do desenvolvimento de módulos de aplicação adicionais, em áreas importantes, como na da gestão de créditos, cálculo das provisões, operações com o estrangeiro, crédito bonificado, cobrança de impostos, entre outras, com efeitos palpáveis a nível do funcionamento, da segurança das operações e da qualidade do serviço prestado.

No capítulo da formação, foi preparado o pessoal para as Agências/Balcões/Serviços Centrais e Delegações dos Correios, bem como foram ministradas formações pontuais.

4.3 – Organização e Estrutura

Em 2005, o desenrolar das actividades na Caixa baseou-se nas orientações estratégicas definidas para o triénio 2005-2007, que, desta vez, ficou assente em três grandes vectores:

- 1) Melhoria da rendibilidade, sustentada no aumento da eficiência;
- 2) Crescimento orgânico, baseado em parcerias e no aproveitamento da capacidade instalada;
- 3) Diferenciação comercial, baseada na modernização tecnológica e na qualidade do atendimento.

4.3.1. Qualidade

No que tange à qualidade/processos, desencadeamos um conjunto de iniciativas e desenvolvemos projectos, alguns ainda em fase de implementação, como, por exemplo, a criação de índices standard por processos e a promoção de indicadores de qualidade. Das iniciativas implementadas, destacamos:

- 1) Apresentação do plano de operacionalização da estratégia;
- 2) Levantamento dos processos passíveis de automatização, que permita uma maior eficiência na prestação de serviço ao cliente;
- 3) Automatização de alguns processos;
- 4) Lançamento do serviço de recolha e distribuição de correspondência ao domicílio, em parceria com os CCV (em vigor nas Agências: Plateau, Palmarejo, ASA, GAJ, GM).

4.3.2. Organização Interna

Em 2005, deu-se início à alteração da arquitectura organizacional da Caixa, de modo a que ela possa servir de suporte à implementação das acções delineadas, a par de medidas de gestão operacional e administrativa que visam a melhoria da qualidade de desempenho, do serviço ao cliente e da eficiência e eficácia da gestão, nomeadamente:

- Extinção do Gabinete de Análise e Controlo de Crédito e criação da Direcção Comercial;
- Fusão do Gabinete Assuntos Jurídicos e Pré-Contencioso e criação de uma Direcção Jurídica;
- Reestruturação da Direcção Administrativa e autonomização da área de Recursos Humanos;
- Contabilidade e Controlo de Gestão.

Essas medidas traduzem, na prática, uma estratégia voltada para o mercado e para o cliente, procurando concorrer nos diversos segmentos (diferenciando a oferta) com base na qualidade, com ganhos em termos de:

- Descentralização dos processos de decisão (na concessão de crédito, por exemplo);
- Maior proximidade em relação ao cliente;
- Maior responsabilização das chefias intermédias;
- Melhoria ao nível da monitorização e acompanhamento das acções.

4.3.3. – Rede Comercial

Em 2005, no âmbito da estratégia da Instituição em matéria de rede de distribuição, prosseguiu-se a política de expansão selectiva da rede comercial, com o objectivo de uma maior proximidade e de servir cada vez mais e melhor os nossos Clientes.

Assim, foi inaugurada, no dia 1 de Maio, a Agência da Caixa no Concelho de S. Miguel, ilha de Santiago, sendo a Caixa a primeira instituição bancária a garantir uma presença nesse concelho do interior de Santiago.

Foi igualmente aberto um Balcão, para câmbio, levantamento e operações Western Union, no novo aeroporto da Praia, elevando para 6 o número de pontos de venda da Caixa na cidade da Praia, o que reforça a sua posição de Instituição com maior rede de distribuição na capital do país.

Foi feita uma remodelação profunda na nossa Agência nos Espargos, melhorando significativamente o atendimento aos clientes.

A Caixa, como já vem sendo hábito, participou na 9ª Feira Internacional de Cabo Verde, realizada em S. Vicente, estabelecendo contactos com os operadores nacionais e estrangeiros e com o público em geral, para divulgação dos seus produtos e serviços.

Durante o ano de 2005, a Caixa deu continuidade aos esforços visando o reforço da sua notoriedade no mercado financeiro Caboverdiano, promovendo produtos já existentes, como é o caso do crédito à habitação, assim como procedendo ao lançamento de novos produtos, como o VISA, o Cofre Nocturno, o Cartão Jovem e a promoção específica de alguns produtos junto dos segmentos alvo, como é o caso da Conta Poupança Contínua, através da realização de eventos conjuntamente com as escolas.

Deu-se continuidade à melhoria da imagem das Agências, com aquisição de suportes em acrílico para cartazes, porta folhetos, bem como a decoração da nova Agência da Calheta de S. Miguel e do Balcão do Aeroporto da Praia.

4.3.4. – Novos Canais de Distribuição

No domínio dos meios de pagamento electrónico, destaca-se a instalação de mais 2 ATMs, sendo um na Agência da Calheta e o outro no Balcão do Aeroporto da Praia, elevando para 16 o número de ATM's instalados pela Caixa, enquanto o sistema, no seu todo, passou a contar com 44 ATM's instalados, o que corresponde a uma quota de mercado de 36,4% para a Caixa.

Quanto aos cartões de débito da Rede Vinti4, até Dezembro de 2005, foram produzidos mais 35.238 novos cartões, cabendo à Caixa a emissão de 12.796, o que corresponde a 36% do total de novas emissões. Relativamente ao número de transacções, a Caixa aumentou a sua quota de 30,3% para 38,2%, de um total de 1.928.123.

Em termos de instalação de novos POS, a Caixa instalou mais 11 POS, mas continua a perder quota de mercado, visto que o sistema passou de 155 POS, em 2004, para 212 POS, em 2005.

Quanto às transacções feitas nos POS, a Caixa teve um aumento da sua quota em relação a 2004, de 27,5% para 29,7%.

Em 2005, a Caixa deu também início à emissão de cartões Vinti4 em plástico personalizado e com qualidade superior ao anteriormente existente (introdução de pista magnética de alta coersividade), bem como a emissão dos cartões Visa com a marca “Caixa”. Até Dezembro de 2005, já haviam sido emitidos 35 cartões “Classic” e 47 cartões “Gold”.

Em Novembro de 2005, em parceria com a Direcção Geral de Juventude, procedeu-se à emissão do cartão Jovem, tendo até Dezembro sido emitido um total de 93 cartões Jovem e 46 cartões Jovem Universitário.

4.3.5. – Relações com os emigrantes

No que respeita à promoção da Caixa como instituição apostada na mobilização da poupança dos emigrantes, participámos em dois eventos importantes, ligados à comunidade Caboverdiana residente fora de Cabo Verde.

Participamos na conferência “Common Threads IV”, realizada em Rode Islands EUA, em Abril de 2005, onde apresentamos, em plenário, os produtos e serviços da Caixa destinados aos emigrantes.

Participamos, igualmente, no encontro denominado For CV, organizado em Washington, no mês de Abril de 2005, com o alto patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, onde apresentamos uma comunicação sobre as condições de financiamento de investimentos em Cabo Verde.

5. Relações Internacionais

As relações internacionais são de extrema importância para as actividades da Caixa, tendo ela, ao longo dos anos, beneficiado das suas excelentes relações com os seus parceiros para a sua capacitação interna e para o incremento das suas actividades.

No âmbito das suas relações privilegiadas com o Instituto Mundial das Caixa Económicas e da sua política de participação activa nas actividades desse Instituto, participámos no 11º encontro do Grupo Regional Africa e no Seminário sobre “Estratégias da Banca de Retalho”, que tiveram lugar no Quénia, de 29 a 30 de Junho de 2005.

A Caixa participou, depois de alguns anos de ausência, no encontro anual dos Agentes da Western Union da região Africa, Médio Oriente e Paquistão, que teve lugar em Marakech, Marrocos, em Março de 2005.

Foram dados passos no sentido do estabelecimento de relações de correspondentes com o Banco do Brasil, no âmbito da visita oficial efectuada pelo Senhor Primeiro-Ministro ao Brasil, no mês de Agosto de 2005.

A convite do Governo de Cabo Verde, a Caixa participou na Assembleia-Geral do Banco Mundial (FMI) e na Assembleia-Geral Anual do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que tiveram lugar nos E.U.A e Nigéria, respectivamente.

6. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social

Dando continuidade à sua política de Responsabilidade Social, a Caixa patrocinou e apoiou diversos eventos nas áreas sociais, desportivas e culturais, dos quais destacamos:

Na área Cultural, o apoio ao projecto Biblioteca Móvel em Sto Antão, o patrocínio do prémio revelação Orlando Pantera, atribuído pela Associação de Escritores Caboverdianos, o apoio ao Festival Internacional de Teatro, o patrocínio ao escritor Mário Silva na publicação do livro “Código Eleitoral Anotado”, o patrocínio do livro “Cabo Verde na Rota dos Naufrágios” de Emanuel Charles D'Oliveira, o financiamento da construção do monumento em homenagem à “Revolta de Ribeirão Manuel”, Santa Catarina, o patrocínio de espectáculos da Artista Mayra Andrade, na Praia e no Mindelo, o patrocínio da produtora Mendes Brothers para gravação do CD “Nha Victoria” do artista Gil Semedo, o patrocínio ao artista Zé Mário do grupo musical Bulimundo para o lançamento do seu 1º CD a Solo, o apoio às festas de Nhô S. Filipe no Fogo e ao festival da Tabanka em Santiago, para além dos apoios para a realização dos diversos festivais (Baia das Gatas - Mindelo, Festival da Gambôa - Praia, Santa Maria - Ilha do Sal e de Sta Cruz - Santiago).

Ciente do seu papel no desenvolvimento e promoção cultural nacional, enquanto compromisso institucional para com a sociedade, a Caixa presenteou os seus colaboradores, os seus clientes e a população em geral, durante a quadra natalícia, com concertos da cantora Mayra Andrade.

Também nas actividades desportivas demos continuidade ao patrocínio do Batuque F. C., em S. Vicente, e do Boavista F. C., na Praia, e ao clube de veteranos do Plateau e à Associação de Basquetebol de S. Vicente no patrocínio dos troféus aos vencedores da época desportiva 2004/2005.

No campo social, foram efectuados vários apoios a diversas entidades de solidariedade social, nomeadamente Advic, Associação Caboverdiana de Deficientes, a OMCV, na implementação do projecto “Padarias Artesanais”, a Fundação Infância Feliz, na comemoração do Dia das Crianças e da Criança Africana, ao Gabinete do Ministro de Estado e da Saúde, na campanha de sensibilização contra o alcoolismo.

7. Micro - Crédito

Em 2005, a Caixa levou a cabo várias operações de Micro-Crédito, que constituíram a principal via de intermediação financeira susceptível de fazer chegar recursos financeiros às camadas populacionais de fraco rendimento, que, normalmente, não reúnem os requisitos mínimos exigidos pelas instituições de crédito para acederem aos crédito bancários clássicos.

A Caixa geriu, com relativo sucesso, algumas linhas de Micro-Crédito, que a seguir se apresentam:

a) Programa de Micro-Crédito da Câmara Municipal de São Domingos

No âmbito deste programa, foram concedidos 6 créditos, tendo os respectivos valores oscilado entre os 40.000\$00 e os 200.000\$00, perfazendo um montante global de 690.000\$00. Deste montante global, relativo ao ano de 2005, só foram reembolsados 192.000\$00, que se deve em parte ao incumprimento das obrigações contratuais por parte dos beneficiários.

Tendo em conta os recursos obtidos no quadro desta linha de Micro-Crédito, foram, preferencialmente, aplicados em negócios diversos na agricultura, sobretudo na rega “gota-a-gota” e na pecuniária, actividades que comportam significativos riscos de incumprimento.

b) Linha de Micro-Crédito da FAO

Esta Linha de Micro-Crédito é destinada ao Programa de Segurança Alimentar e é uma das mais solicitadas aos balcões da Caixa.

Até finais de Maio de 2005, deram entrada 42 pedidos de crédito, no valor de 13.920.515\$00, dos quais foram aprovados 36, a que corresponde um montante de 11.570.019\$00.

Os restantes pedidos ficaram pendentes do cumprimento de exigências formais.

Já em finais de 2005, o montante de créditos solicitados era superior ao do valor disponibilizado pela FAO, o que demonstra a boa aceitação desta Linha de Micro-Crédito por parte dos clientes.

c) Linha de Micro-Crédito da ACDI destinada à Micro-Irrigação

No âmbito desta Linha, no valor global de 16.500.000\$00, foram atendidos, até Maio de 2005, 40 pedidos no valor global de 19.033.500\$00.

O valor do montante utilizado é superior ao do fundo recebido, o que se justifica pela natureza deste fundo, que assume um carácter de “*Revolving Fund*”.

A Ilha de Santiago é a que absorve a maior fatia desse montante, no valor de 16.943.500\$00, sendo a Ilha de Santo Antão aquela que foi contemplada com o montante mais baixo, apenas cerca de 300.000\$00.

O montante global dos créditos concedidos abrange uma área cultivada de 72.100 m², sendo a área da Ilha de Santiago a mais expressiva, atingindo cerca de 67.300 m², contra apenas 1.500 m² da Ilha de Santo Antão.

A taxa de reembolso desta linha é muito elevada, situando-se à volta de 92%.

d) Linha de Micro-Crédito para o Programa de Formação e Empréstimo a Micro-empresas

No quadro desta linha da ACDI, que é a mais importante e a mais conhecida de todas, o montante de empréstimos concedido em 2005 aumentou para 556.509.000\$00, enquanto que o número de pedidos concedidos sofreu uma ligeira redução em relação a 2004, passando de 984 para 923 empréstimos, respectivamente, aumentando para 12.690 os beneficiários desta linha.

O montante dos reembolsos, incluindo a amortização de capital e juros, ascendeu a 608.156.399\$99, tendo a taxa de reembolso atingido 94%.

A ligeira descida do número de empréstimos concedidos em relação ao ano precedente deve-se, fundamentalmente, à saturação do mercado da Praia, onde já existem vários operadores no domínio do Micro-Crédito, além da rigidez das normas do protocolo assinado com a ACDI, que não permitiam, até 2005, conceder empréstimos a clientes, individualmente, constringimentos esses que estão a ser superados ou, pelo menos, minimizados, a partir do primeiro trimestre de 2006, não só pela expansão do programa a outros concelhos, como também pela flexibilização dos critérios para a concessão de créditos, permitida, recentemente, pela ACDI na Praia.

Afim de alterar, em parte, esta situação, de um ponto de vista de gestão, foi contratado um responsável, directamente pelo Programa, que substituiu o responsável existente.

8. Análise da Rendibilidade

8.1. Resultados do Exercício

Os Resultados Líquidos do Exercício sofreram uma redução na ordem dos 42,2%, passando de 236.557 contos, em 2004, para 136.777 contos,

em 2005, ficando significativamente aquém, tanto do orçamentado, como dos resultados do ano anterior. Vários factores contribuíram para esta diminuição dos resultados:

- O primeiro factor foi o reforço de provisões para os créditos de curto prazo, no valor de 59.652 contos;
- O segundo factor foi a constituição de provisão para crédito de cobrança duvidosa; trata-se do reforço de provisões sobre créditos vincendos de titulares com mais de 25% de um dos seus créditos em situação de atraso; foram, assim, constituídas provisões adicionais no valor de 67.698 contos;
- O terceiro factor foram as reduções das taxas de juro, que ocorreram neste período, e que tiveram um impacto negativo nas margens de intermediação, visto que a aplicabilidade temporal das mesmas nos contratos existentes (Créditos e Depósitos) é desfasada no tempo; assim, os Juros e Proveitos Equiparados cresceram apenas 6,58%, enquanto que os Custos e Proveitos Equiparados cresceram 9,7%, reduzindo, assim, a margem de intermediação, que teve um crescimento de 3,41% apenas;
- O produto bancário registou, mesmo assim, um crescimento de 6,37%, graças ao aumento de 92,28% verificado a nível dos lucros em Operações Financeiras e Cambiais (+52.745 contos);
- Destacam-se, ainda, o crescimento dos custos com o pessoal, com um aumento de 11,48% (27.300 contos), bem como dos fornecimentos e serviços de terceiros, com um acréscimo de 8,73% (+22.856 contos);
- As receitas líquidas da rubrica “Comissões” tiveram uma quebra de cerca de 21 mil contos, que são explicadas, principalmente, pela diminuição de operações com o estrangeiro, nomeadamente, dos créditos documentários, bem como os Resultados Extraordinários apresentaram uma redução de 87.323 contos (- 58,42%), em virtude da demora na conclusão dos processos em execução judicial.

O *Cash Flow* do Exercício registou uma diminuição de 7,26%, como consequência da diminuição verificada a nível dos resultados líquidos do exercício.

Evolução dos Resultados (contos)

	Designação	2005	2004	Variação	
		Valor	Valor	Valor	%
+	Juros e proveitos	1.282.367	1.203.153	79.214	6,58%
-	Juros e custos equip.	665.354	606.510	58.844	9,70%
=	Margem	617.013	596.643	20.370	3,41%
+	Comissões Líquidas	185.663	203.611	-17.948	-8,81%
+	Lucros Líq Oper. Fin. e Cambiais	109.905	57.160	52.745	92,28%
+	Outros prov. Líquidos	36.678	34.959	1.719	4,92%
=	Produto Bancário	949.259	892.373	56.886	6,37%
-	Custos Administrativos	549.638	499.482	50.156	10,04%
	C. Pessoal	265.010	237.710	27.300	11,48%
	Forn. Serv. Terc.	284.628	261.772	22.856	8,73%
=	Meios Libertos	399.621	392.891	6.730	1,71%
-	Amortizações	91.381	91.882	-501	-0,55%
-	Provisões Líquidas	178.529	110.075	68.454	62,19%
=	Resultados de Exploração	129.711	190.934	-61.223	-32,07%
+	Ganhos e Perdas Extraordinarios	62.152	149.475	-87.323	-58,42%
=	Resultado Bruto do Exercício	191.863	340.409	-148.546	-43,64%
-	Impostos s/ Resultados	55.086	103.852	-48.766	-46,96%
=	Resultado Líquido do Exercício	136.777	236.557	-99.780	-42,18%
	Cash Flow do Exercício	406.687	438.514	-31.827	-7,26%

8.2 Rendibilidade e Eficiência

A rendibilidade da instituição sofreu uma brusca redução, em virtude do aumento das provisões em 62,19% (+ 68.454 contos) e da diminuição dos resultados extraordinários em 58,42% (- 87.323 contos). A Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) passou de 16,31% para 8,99% e a Rendibilidade do Activo (ROA) de 1,48 para 0,73%.

O rácio *Cost to Income* registou um ligeiro agravamento, passando de 66,27% para 67,53%. O Produto Bancário por Trabalhador, indicador da produtividade dos trabalhadores, evoluiu positivamente, tendo passado de 5.702,3 contos para 5.914,4 contos.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Designação	2005	2004
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE)	8,99	16,3
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,73	1,48
Activo Líquido Médio / N.º Médio de Trabalhadores (<i>mil contos</i>)	117,4	102,3
Custos Administrativos / Activo Líquido Médio	2,91%	3,1%
Custos Operativos / Produto Bancário (<i>Cost to Income</i>)	67,5	66,2
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores (<i>contos</i>)	5.914,4	5.702,3
<i>Cash Flow</i> do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores (<i>contos</i>)	2553,8	2.810,9

8.3 Fundos Próprios e Rácios Prudenciais

Os Fundos Próprios da instituição atingiram os 1.532.903 contos, evidenciando um ligeiro crescimento apenas, em relação a 2004 (+1,45%).

O rácio de Solvabilidade sofreu uma ligeira redução em 2005, passando de 13,4% para 12,8%, reflectindo a diferença entre os ritmos de crescimento do crédito e dos fundos próprios, agravado este ano pela diminuição dos resultados.

O rácio do Imobilizado Líquido sobre os Fundos Próprios praticamente não sofreu alteração em relação a 2004, passando de 31,9% para 31,8, reflectindo uma ligeira diminuição verificada a nível dos imobilizados.

Rácios Prudenciais

Designação	2005	2004
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	12,8%	13,4%
Imobilizado Líquido / Fundos Próprios	31,8	31,9%

8.4 Provisões do Exercício

Durante o exercício de 2005, as provisões líquidas atingiram 178.529 contos, evidenciando um aumento de provisões no valor de 68.454 contos, em relação a 2004.

O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, subiu significativamente em relação ao ano anterior, passando de 75,1% para 81,3%, como resultado da constituição de provisões adicionais ligadas aos créditos sob forma de descoberto e aos créditos de cobrança duvidosa, além do aumento do peso das classes de crédito vencido há mais de 12 meses, que são sujeitas à constituição de provisões a taxas mais elevadas.

Créditos e Juros Vencidos (milhares de contos)

Designação	2005	2004
Crédito e Juros Vencidos	750,5	531,1
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	609,8	399,0
Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total	6,09%	4,7%
Provisões Crédito Vencido / Crédito e Juros Vencidos	81,3%	75,1%

9. Proposta de Aplicação de Resultados

- Considerando que o Resultado Líquido do Exercício de 2005 atingiu o valor de 136.776.622\$00;
- Considerando a recente admissão das acções da Instituição à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da política de dividendos como sinal para o mercado;
- Considerando o facto de a redução dos resultados do exercício, se dever, no essencial, à alteração das regras de constituição de provisões, sendo, portanto, de carácter excepcional;
- Considerando o nível satisfatório dos fundos próprios da instituição, ultrapassando em mais de quatro vezes o seu capital estatutário;
- Considerando a prática da Instituição, em termos de distribuição de dividendos, nos últimos anos;
- O Conselho de Administração, esperando a compreensão dos Accionistas, apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Para Reserva Legal	13.677.662\$20
Para Reserva Especial	8.258.959\$80
Para Distribuição de Dividendos (330 CVE por acção)	114.840.000\$00
Total	136.776.622\$00

Balanzo e Demonstração de Resultados

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 (milhares de escudos)

ACTIVO	2005		2004	
	Activo Bruto	Amort. e Prov.	Activo Líquido	Activo Líquido
1. Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	3.874.487	0	3.874.487	3.447.848
2. Disponibilidades à vista s/Instit. de Crédito	761.936	0	761.936	759.048
3. Outros créditos sobre instituições crédito	1.330.080	0	1.330.080	137.104
4. Créditos sobre clientes	12.332.667	609.849	11.722.818	10.906.634
5. Obrigações e outros títulos de rend. fixo	1.986.400	0	1.986.400	981.010
a) Obrig. e O/Tit.de rend. fixo-de Emiss.Públ.	1.986.400	0	1.986.400	981.010
b) Obrig. e O/Tit.de rend. fixo de O/Emissores				
(Dos quais: Obrigações Próprias)				
6. Acções e outros títulos de rend. variável				
7. Participações	26.250	0	26.250	26.250
8. Partes de capital em empresas coligadas				
9. Imobilizações incorpóreas	122.230	100.439	21.791	19.897
10. Imobilizações Corpóreas	904.221	438.265	465.956	463.568
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	191.967	29.259	162.708	185.233

11. Capital subscrito não realizado				
12. Acções próprias ou partes de capital próprias				
13. Outros activos	320.310	200	320.110	241.950
14. Contas de regularização	108.777	0	108.777	84.628

TOTAL DO ACTIVO 21.767.358 1.148.753 20.618.605 17.067.938

RÚBRICAS EXTRA-PATRIMONIAS - GARANTIAS PRESTADAS E OUT.PASSIVOS EVENTUAIS :

P A S S I V O 2005 2004

1. Débitos para com instituições de crédito	659.472	37.765
a) À vista	107.339	36.994
b) A prazo ou com pré-aviso	552.133	770
2. Débito para com clientes	17.752.967	14.818.086
a) Depósitos de poupança	2.232.976	2.105.625
b) Outros depósitos	14.777.975	12.526.779
ba) À vista	5.008.441	3.627.632
bb) A prazo	9.769.354	8.899.146
c) Outros débitos	742.196	185.682
3. Débitos representados por títulos	0	0
4. Outros passivos	91.401	113.044
5. Contas de regularização	395.885	365.455
6. Provisões para riscos e encargos	180.739	169.691
a) Provisões para pensões e encargos similares	0	0
b) Outras provisões	180.739	169.691
6A. Fundo para riscos bancários gerais	5.239	52.931
7. Capital Subscrito	348.000	348.000
8. Reservas	1.048.126	926.409
9. Reservas de reavaliação		
10. Resultados transitados		
11. Lucro do exercício	136.777	236.557
TOTAL DO PASSIVO	20.618.605	17.067.938

Demonstração de Resultados para o Exercício 2005 (milhares de Escudos)

CUSTOS	2005	2004
1. Juros e custos equiparados	665.366	606.510
2. Comissões	10.575	7.674
3. Prejuízos em operações financeiras	14.565	11.358
4. Gastos gerais administrativos	549.638	499.483
a) Custos com pessoal	265.010	237.710
Dos quais:		
(salários e vencimentos)	230.684	207.453
(encargos sociais)	33.281	29.061
Dos quais:		
(c/pensões)	0	0
b) Outros gastos administrativos	284.628	261.772
5. Amortizações do exercício	91.381	91.882
6. Outros custos de exploração	3.338	4.258
7. Provisões p/crédito vencido e p/outros riscos	463.735	350.733
8. Provisões para imobilizações financeiras	0	0
9. Resultado da actividade corrente	129.792	191.046
10. Perdas extraordinárias	24.651	27.241
11. Impostos sobre lucros	55.086	103.852
12. Outros impostos	93	112
13. LUCRO DO EXERCÍCIO	136.777	236.557
TOTAL	2.015.205	1.946.103

P R O V E I T O S	2005	2004
1. Juros e proveitos equiparados	1.282.367	1.203.153.
Dos quais:		
(títulos de rendimento fixo)	73.339	56.871
2. Rendimentos de títulos	0	0
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	0	0
b) Rendimento de participações	0	0
c) Rendimento de partes de capital em emp. coligadas	0	0
3. Comissões	196.238	217.728
4. Lucros em operações financeiras	124.470	68.518
5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a crédito e provisões para passivos eventuais	285.206	240.658
6. Reposições e anul. respeitantes a correções de valor relativas a valores mobiliários que tenham caracter de imobilizações financeiras, participações e as partes de capital em empresas coligadas	0	0
7. Outros proveitos de exploração	40.109	39.329
8. Resultado da actividade corrente	0	0
9. Ganhos extraordinários	86.814	176.716
TOTAL	2.015.205	1.946.103

Caixa Economica de Cabo Verde, O Director Financeiro, *Ilegível.*

FAÇA A RENOVAÇÃO DA SUA ASSINATURA PARA 2007

TABELA I – ASSINATURAS

	País		Estrangeiro	
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
	Preço	Preço	Preço	Preço
I Série	8.386\$00	6.205\$00	11.237\$00	8.721\$00
II Série	5.770\$00	3.627\$00	7.913\$00	6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	6.309\$00	4.731\$00

TABELA II – PORTES DE CORREIO

Destino	Semestral	Anual
Cabo Verde	4.361\$00	8.721\$00
Estrangeiro	8.721\$00	17.442\$00

TABELA III – AVISOS E ANÚNCIOS

Valores em escudos CV

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

TABELA IV – VENDA DE BOLETIM AVULSO

Preço avulso por cada página é de 15\$00 (quinze escudos)



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av: Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

ASSINATURAS

Para o país:	Ano		Semestre		Para países estrangeiros:	Ano		Semestre	
	I Série	II Série	I Série	II Série		I Série	II Série	I Série	II Série
I Série	8.386\$00	6.205\$00	11.237\$00	8.721\$00	I Série	11.237\$00	8.721\$00	8.721\$00	8.721\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00	7.913\$00	6.265\$00	II Série.....	7.913\$00	6.265\$00	6.265\$00	6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	6.309\$00	4.731\$00	III Série	6.309\$00	4.731\$00	4.731\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 300\$00